

GRACILIANO RAMOS - O NASCIMENTO DE UM ESCRITOR

Wilton Cardoso

Resumo

Partindo dos textos dos Relatórios que G.R. escreveu como Prefeito de um município do interior de Alagoas e que revelaram o escritor, este ensaio procura mostrar: a) aspectos que vieram a ser característicos do discurso literário do romancista e b) a aplicação de alguns recursos que evidenciam o tratamento estético da linguagem.

Résumé

En prenant comme point de départ les textes des comptes rendus administratifs que G.R. a écrits comme "prefeito" (maire) d'une ville de l'intérieur d'Alagoas et qui ont révélé l'écrivain qu'il était, cet essai cherche à montrer: a) des aspects de son style que à la longue ont fini par être typiques du discours littéraire du romancier; b) l'usage de certains recours de style qui attestent le traitement esthétique qu'il a donné au langage.

Todos sabem como nasceu Graciliano Ramos para as letras brasileiras. Antigo comerciante, funcionário público, prefeito de uma cidadezinha do interior numa época em que, segundo confessa, o estado das Alagoas não tinha mais do que quatro municípios com arrecadação da ordem de cem contos de réis (cem mil primitivos cruzeiros da época do advento do atual padrão monetário), havia decidido redigir e publicar em folheto relatórios mais ou menos pessoais que faria anexar às prestações de contas submetidas, segundo a praxe, ao Governador.

Os Relatórios existentes referem-se à gestão do prefeito nos anos de 1928 e 1929, o que dá lugar a uma conjectura. Com efeito, ignorando o que fosse, segundo a Constituição do Estado, o mandato de um chefe de executivo municipal, fico a imaginar se o fato de os relatórios gracilianos se limitarem aos dois anos citados não tem ligação com a Revolução de 1930, quando o então capitão Juarez Távora varreu todas as administrações do Norte e Nordeste fiéis ao Governo Washington Luís e à política da Concentração Conservadora. Nesse caso, o Prefeito de Palmeira dos Índios (esse era o município) teria sido deposto pelas forças revolucionárias após a fuga do Governador Álvaro Pais que, como os governadores de outros Estados, batera em retirada.

Há notícia, agora confirmada pelo recente *Navegação de cabotagem*, de Jorge Amado¹, segundo a qual teria sido o desenhista Santa Rosa, àquela hora chegado ao Rio, quem trouxe na bagagem os folhetos dos Relatórios e, nas suas andanças pelas editoras, ele, que foi o ilustrador e capista de grande parte da literatura brasileira da época, ofereceu ao editor *doublet* de poeta Augusto Frederico Schmidt os seus exemplares com a informação de que o prefeito-autor tinha na gaveta um romance quase concluído - *Caetés*. O resto solidificou-se na história literária do país: Schmidt leu os Relatórios, poeta, que era, reconheceu o escritor e, tendo, em seguida, viajado para o Nordeste, de lá trouxe os originais do romance que publicou em 1933.

Os Relatórios são, na verdade, obra de um escritor feito. Bem escritos e redigidos de modo a impressionar o leitor apenas sensível, podem revelar a uma abordagem técnica ou especializada um tratamento de material linguístico e sua elaboração em forma de expressão estética. Pareceu-me, pois, que, nos limites de pequeno ensaio, poderia tentar uma análise de tal natureza e procurar traduzir, para estudantes universitários e em termos de conhecimento, o que terá ferido as sensibilidades do poeta e do leitor comum.

Os folhetos em edição primitiva foram publicados pela Imprensa Oficial de Alagoas e trazem nas capas, respectivamente, as datas de 1929 e 1930. Um, que contém o

primeiro Relatório, refere-se à gestão relativa ao ano de 1928, indiscutivelmente o ano em que começa a administração, pois a cada passo faz referência ao governo anterior e às condições em que dele recebeu o Município. O outro cobre o exercício seguinte, de 1929, e em nenhum lugar dá idéia de final de mandato; ao contrário, encerra-se com perspectivas de projetos futuros que, como já adiantei, não chegaram a concretizar-se. Açam-se ambos transcritos, numa forma de apêndice, no volume póstumo de Graciliano - *Viventes das Alagoas* (São Paulo, Martins, 1962), onde ocupam uma dúzia de páginas de textos divididos em parágrafos, encimados, por sua vez, por títulos que correspondem a rubricas orçamentárias - *receita, despesa, administração, obras públicas*, etc.

Creio que a melhor maneira de pôr o leitor em contacto com esses textos, e principalmente com o espírito que os anima, será reproduzir o parágrafo inicial do primeiro Relatório, uma vez que tenciono dele partir para a fixação de pontos que, em seguida, procurarei esclarecer.

Exmo. Sr. Governador:

Trago a V. Exa. um resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928.

Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis ao observador afastado, que desconhece as condições em que o Município se achava, muito me custaram.

COMEÇOS

O principal, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração.

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela - dentro, uma resistência, mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bilis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.

Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles.

Não sei se a administração do Município é boa ou ruim. Talvez pudesse ser pior.

O que logo chama a atenção nesse trecho introdutório, pois que só a partir deste ponto o autor trata de matéria rigorosamente administrativa, segundo o item de cada parágrafo, é a presença de um relator que, à semelhança de certos narradores de ficção, deixa o texto impregnar-se de sua personalidade e, por via desse procedimento, conforma sua visão ou perspectiva dos fatos. Na verdade, aqui nos sentimos a considerável distância da neutralidade da linguagem oficial e do tom predominantemente objetivo dos textos burocráticos. Impossível não sentir nessas linhas o talhe ou porte típicos do estilo graciliano que denunciam o autor adulto subjacente da escrita de *Infância*, seu livro de memórias, ao contrário do que se observa na evocação tanto quanto possível fiel e infantilmente poética de *Meus verdes anos*, de José Lins do Rego, ou no despojamento narrativo, ao meu ver consciente, de Jorge Amado, em *O menino grapiúna*. Em Graciliano é tão forte essa marca estilística que acabou por dar caráter romanesco a *Memórias do cárcere*, em sua fonte mero relato de um episódio político-policia.

Observe-se, em favor da tese aqui sugerida, como o texto, que pretende ser "um resumo dos *trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios*" (sublinhe-se), só nessa primeira frase se refere ao órgão ou entidade administrativa que o autor representa. Daí por diante, *embora fossem os trabalhos realizados pela Prefeitura* (convém insistir), todo o texto é dinamizado por verbos empregados na 1a. pessoa: *iniciei, lutei, encontrei, sei, fui, devo, gabo e, mais adiante, gastei, retirei, contratei, procurei, rebusquei, esquadrinhei, sem esquecer alguns processos verbais que pelo contexto não correspondem a ações pessoalmente individualizadas: retirei o lixo, fiz cortes profundos, aterros consideráveis, incinerei monturos, etc.*

Creio que não se pode deixar de relacionar o fato com o que antes vinha dizendo e é que, em contraste com a expressão predominantemente objetiva dos relatos burocráticos ou oficiais, o prefeito de Palmeira dos Índios cede ao escritor Graciliano Ramos que, apesar de ainda não se ter editado, já se mostra, em seus Relatórios, capaz de explorar a gama expressiva da linguagem.

Mas há mais.

Como já se terá percebido, a presença do autor no relato empresta ao seu discurso um toque específico ou acentuadamente peculiar. Há de estar nessa circunstância a marca de literariedade que feriu a atenção de alguns leitores menos desavisados em meio a um percurso receptivo que culminou no editor-poeta Augusto Frederico Schmidt.

A matéria impõe ligeira consideração de ordem teórica.

Todo enunciado lingüístico é um significante que contém um significado, a saber - é uma imagem verbal ou discursiva, onde se refletem aspectos de um mundo que lhe é estranho. Em rigor, não se pode admitir a existência de enunciados vazios ou de grau zero, e, quando o lingüista Jakobson caracterizou a função poética da linguagem como um processo de comunicação que se esgota na própria mensagem, não teve em vista identificar a poesia, enquanto ato criativo, com a logorréia de certas manifestações verbipotentes². O que parece haver é o seguinte: nos casos mais freqüentes de comunicação verbal, os enunciados lingüísticos referem-se a conteúdos ou circunstâncias extralingüísticas, quero dizer - exprimem seres, coisas, ações ou fatos, cuja existência ocupa um plano independente dos enunciados e a que, de um modo grosseiro, costumamos chamar realidade. Dizemos então que, em tais casos, o enunciado ou discurso denota um *referente*. Essa função, perfeitamente legítima da linguagem humana, não representa, no entanto, a sua marca constitutiva, pois existem comunicados que, sem adquirirem o caráter vazio ou de grau zero, não denotam referentes reais. Estão no caso os enunciados do chamado *discurso ficcional*, em que a plasticidade da linguagem cria ou modela o próprio referente, seja ele o delírio de Brás Cubas ou a viagem de Vasco da Gama.

Retomo o citado introito de um dos Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios (já aqui de algum modo identificado com o escritor Graciliano Ramos) e repiso o ambiente de balbúrdia administrativa em que o Município se debatia:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quartelões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

Tudo aqui é ficção e nada pode ser tomado à letra. Rigorosamente, nunca houve em Palmeira mais do que um prefeito, e não se pretendeu inculcar que os cobradores de impostos, o comandante do destacamento e suas praças bem como qualquer sujeito que quisesse administrar tivessem efetivamente exercido o cargo ou desempenhado a sua função.

Temos de entender igualmente que o Município permanecia íntegro e não se achava dividido em pedaços, cada um com o seu prefeito, fosse ele coronel ou inspetor de quartelão. É evidente que os fiscais da Prefeitura não eram, em todo o rigor do termo, policiais ou advogados. Se chegamos a admitir o significativo fictício para expressão do significado real, ou se confundimos este com aquele, é que as franjas das palavras de que falava João Ribeiro de tal modo se adaptaram ao novo sentido que acabaram por apagar os traços da linguagem figurativa³.

Exemplo típico de discurso ficcional, era de esperar que a redação do Relatório, se impressiona, como de fato impressionou, pela sua expressividade lingüística, tivesse lançado mão de recursos que lhe são próprios para o desenvolvimento do texto. Assim ocorre efetivamente.

Uma das dificuldades que logo se opuseram à ação do administrador foi a carência ou mesmo total inexistência de leis municipais capazes de orientar a gestão dos negócios públicos e resguardar os atos da autoridade. Parece que o legislativo, representado por um Conselho, antecessor das atuais Câmaras de Vereadores, pouco ou nada fazia e esperava que as chamadas posturas municipais se solidificassem na tradição oral e acabassem por constituir uma espécie de legislação consuetudinária.

Eis como, no seu estilo característico, se refere ao fato o prefeito de Palmeira dos Índios:

Constava a existência de um código municipal, coisa inatingível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem.

Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura do Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.

Além da especificidade do discurso, há aqui uma reminiscência pitoresca a respeito da semelhança apontada entre o código recém-descoberto e o livro de leitura de Abílio Borges. Convém referi-la, uma vez que, sobre o sabor confessional, mostra como o prefeito e escritor inédito vinha de longe tomado pelo interesse da literatura. O citado Abílio Borges, de nome completo Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, célebre educador do Segundo Reinado e modelo, segundo se crê, do Aristarco de Raúl Pompéia, em *O Ateneu*, era o autor do livro de

classe do menino Graciliano, que dele guardou duradoura antipatia. Está em *Infância*, seu livro de memórias:

Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante como rasto de lesma ou catarro seco.

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sizudas e bons conselhos(...).

Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo as ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo (...).

Foi por esse tempo que me infligiram Camões (...) Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca (...)⁴.

Um exemplo ainda, dentro da mesma linha de idéias, é o que se colhe dos comentários do prefeito relativamente aos gastos da municipalidade com a taxaço de telegramas. Ao que parece, o orçamento reservava à rubrica excesso de recursos, fato tanto mais estranhável quanto, como mais de uma vez declara, as verbas eram sempre minguadas para obras públicas e manutenção de serviços essenciais. Leia-se:

Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; comunicam-se as datas históricas ao governo do Estado, que não precisa disso; todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha - um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua - um telegrama; porque o deputado F. esticou a canela - um telegrama. Dispêndio inútil. Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1556 D. Pedro Sardinha foi comido pelos caetés.

Mais do que a referência à queda da Bastilha, ainda celebrada pelo civismo escolar da primeira república, interessa ressaltar aqui a alusão ao afundamento, nos baixios de D. Rodrigo, do galeão (ou seria uma caravela?) em que ia o bispo que acabou comido pelos Índios nas imediações de Coruripe da Praia.

Quem leu *Caetés*, romance que pode ser incaracterístico dos rumos que, em seguida, tomaria a obra do escritor, mas que, de modo nenhum, justifica o desdém que lhe votaram os críticos e principalmente o severo julzo do autor, há de lembrar-se que é esse episódio um motivo batido e rebatido no romance que João Valério escreve dentro do romance de que é personagem e que deixa afinal inacabado. A alusão denuncia que aí por 1928 a questão já merecia o cuidado do prefeito que só iria aparecer como escritor quase cinco anos mais tarde. Mas denuncia mais e melhor. Romance de fundo entre histórico e indianista, o manuscrito de João Valério ressentia-se das indecisões do romancista bisonho, que era o comerciário, e, pelo agudo crivo de Graciliano, sempre presente em tudo quanto escreve, ainda que ficticiamente atribuído a outro, prova duas coisas: que, a despeito de reconstituir tempo e espaço, a linguagem não exprime uma realidade, mas a compõe, ela própria; e que, por isso mesmo, muita reconstituição da realidade não passa de mera composição discursiva. Tal como fora moda no indianismo de fachada, que Machado de Assis condenara:

Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto⁵.

Pois é como, nas suas dificuldades de redação, Valério gafafunha as suas caricaturas indiáticas:

Suando escrevo dez tiras salpicadas de maracás, igaçabas, penas de arara, cestos, redes de caroá, jiraus, cabaças, arcos e tacapes. Dei pedaços de Adrião Teixeira ao pajé; o beiço caído, a perna claudicante, os olhos embaçados; para completá-lo, emprestei-lhe as orelhas do padre Atanásio⁶.

Em resumo: o que tudo parece indicar é que Graciliano tinha perfeita noção da potencialidade expressiva da linguagem e que, ao redigir os Relatórios, que acabariam por ficar famosos, não teve outra intenção senão a de oferecer ao Governador uma imagem pessoal e tanto quanto possível peculiar de sua

administração. A prestação de contas estrita e formal, essa, já tinha seguido pelos canais burocráticos competentes:

Esta exposição é talvez desnecessária. O balanço que remeto a V. Exa. mostra bem de que modo foi gasto em 1929 o dinheiro da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. E nas contas regularmente publicadas há pormenores abundantes, minudências que excitaram o espanto benévolo da imprensa.

Isto é, pois, uma reprodução de fatos que já narrei, com algarismo e prosa de guarda-livros, em numerosos balancetes e nas relações que os acompanharam.

Seria interessante recensear aqui alguns dos recursos de que se vale o prefeito para tirar aos Relatórios aquele tom de prosa de guarda-livros da linguagem administrativa e lhes dar o cunho da prosa de escritor que impressionou os seus primeiros leitores.

Ao tentar fazê-lo, esclareço duas questões prévias. Uma é que o meu censo, meramente exemplificativo, não pretende esgotar o pródigo manancial dos textos explorados. Outra é que, mesmo nos pontos considerados, prescindindo da análise dos fatos lingüísticos e não os quero relacionar com causas genéricas, como as de combinatória semântica, ou, na avaliação das unidades de sentido, palmilhar o campo escorregadio de semas e sememas, para só aludir à nomenclatura de Bernard Pottier⁷. Por outro lado, em face da interação de causas dos fenômenos lingüísticos, espero que não se estranhe a inclusão de alguns exemplos em determinadas classes e categorias e porque antes numas que noutras.

Temos assim, sem maior ordem que a das ocorrências:

Aliteração - Intuitiva ou conceptualmente, antes de aparecer como autor, já o administrador municipal revela perfeita consciência do estrato fônico dos vocábulos e da possibilidade que tem o escritor de valer-se de sua massa sonora para conformar a frase. A constância reiterativa na série de conjuntos semelhantes dá ao seguinte passo sua nota de relevo e expressividade: "Adquiri picaretas, pás, enxadas, martelos, marrões, marretas, carros para aterros, aço para brocas, etc."

Antítese - Velho tique estilístico, característico mesmo de certos estilos de época, a antonímia presta-se, na oposição de pares significativos, a dar maior vigor à expressão. "Encontrei em decadência regiões outrora prósperas". "Sairam (os funcionários) que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma". "Dos administradores que me precederam uns

dedicaram-se a obras urbanas; outros, inimigos de inovações, não se dedicaram a nada".

Metáfora - Tão presente é a metáfora em qualquer expressão linguística, que já houve quem afirmasse (e ninguém menos que Vico, Rousseau ou Nietzsche) que toda a linguagem é metafórica. Há mesmo os que admitem que a linguagem direta ou expressão destituída de qualquer interveniência de figura não passa de um fenômeno em que o sentido segundo de tal modo se adaptou ao primeiro que acabou por obliterar a consciência do vínculo que entre ambos existiu: são as metáforas extintas de que falam os lingüistas. Assim sendo, a gama metafórica assume feições variadíssimas, desde a que violentamente funde dois significantes até a que simplesmente disfarça o residual de um sentido em outro. "O espaço que separa a cidade do bairro da Lagoa era uma coelheira imensa..." "... um vasto acampamento de tatus". "A Filarmônica 16 de setembro consumiu 1:990\$660". "Os escrivães do júri, do cível e da polícia, o delegado e os oficiais de justiça levaram 1:843\$314". "Durante meses mataram-me o bicho do ouvido com reclamações de toda a ordem". Evitei emaranhar-me em teias de aranha". "Canafístula era um chiqueiro". Etc.

Ironia - Velha figura de retórica, a ironia, pelo fato de refletir a conformação espiritual do autor, determina posições ideológicas que o fazem reagir em face de temas veiculados na obra. Já presente em muitos tópicos do estilo graciliano aqui recenseados, a ironia insinua-se por outros exemplos característicos e bem definidos. Precisou o Prefeito de adiar as obras reclamadas pelo cemitério local? "Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamam". Na verdade, esse cemitério não servia apenas para a sepultura de cadáveres: "No cemitério enterrei 189\$000 - pagamento ao coeiro e conservação". Tem alguém notícia do que era, na década de vinte, a mais popular marca de automóvel? "O caminho (...) tem lugares que só podem ser transitados por automóvel Ford e por lagartixa". Havia quem condenasse o prefeito por gastos exorbitantes? "... reclamações surgiram, porque as obras irão custar um horror de contos de reis, dizem. Custarão alguns, provavelmente. Não tanto quanto as pirâmides do Egito, contudo". Já não seria unânime o aplauso às iniciativas? "Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome".

Climax ou gradação - Antes de tomar o sentido de ponto mais alto ou culminante, climax sempre significou uma gradação ascendente. Designa construções como estas: "Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo..." "Houve lamúrias e reclamações por se haver

mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintais; lamúrias, reclamações, ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamúrias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que criavam bichos nas praças".

Hipérbole - A "mise en relief d'une notion", conforme a definição de Marouzeau⁸, é chamada para ilustrar aspectos expressivos da realidade municipal. Era impraticável andar pelas ruas esburacadas? "... nas ruas sérias ameaças à integridade das canelas imprudentes que por ali transitassem em noites de escuro". Era insuficiente o escoamento de águas pluviais? "Uma senhora e uma criança, arrastadas por um dos rios que se formavam no centro da cidade, andaram rolando de cachoeira em cachoeira e danificaram na viagem braços, pernas, costelas e outros órgãos apreciáveis". O contrato de iluminação pública era extorsivo? "Pagamos até a luz que a lua nos dá".

Antifrase - O expediente de empregar palavras e frases com sentido oposto à idéia que se pretende comunicar parece convir à personalidade do autor, pois, como observa Matoso Câmara Jr.⁹, a antítese é o caso extremo da ironia. "Belo programa. Não se faria nada para não descontentar os amigos. (...) Seria ótimo." "... excitaram o espanto benévolo da imprensa". "... pântano (...) excelente para a cultura de mosquitos..." Mas veja-se como funciona o recurso nesta inversão de papéis entre opressores e oprimidos: "Pobre povo sofredor. É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotes que esfolam o próximo com juros de judeu".

Oxímoro - Para lembrar um conceito, diga-se, com Fernando Lázaro Carreter¹⁰, que o oxímoro é o relacionamento frente a frente de duas palavras de significado oposto. No texto do prefeito de Palmeira dos Índios, reconhece-se o processo em exemplos como "... a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que dela se servem".

Personificação - Figura patética, como lhe chama Sainz de Robles¹¹, a personificação empresta atributos de seres animados, em particular dos homens, a seres inanimados ou abstratos: "...os invernos cavavam galerias subterrâneas". "Possuimos uma teia de aranha de veredas muito pitorescas, que se torcem em curvas caprichosas, sobem montes e descem vales de maneira incrível".

Assíndeto - Segundo Antenor Nascentes¹², a prática do assíndeto serve, em geral, para dar maior rapidez e energia ao

discurso, mas nos Relatórios de Graciliano, a justaposição ou coordenação assindética de parcelas da frase parece denunciar um matiz estilístico: a reiteração de idéias iguais ou semelhantes na seqüência de um conjunto não progressivo: "... matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores". "Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene".

Polissíndeto - Diferente do uso precedente, o polissíndeto revela o intuito de ressaltar uma sucessão de aspectos diferentes ou procedimentos vários característicos de uma série progressiva. É o que se vê neste exemplo, onde o fato se confirma pela ênfase da pontuação arcaizante antes da aditiva: "Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anônimas, e adoeça, e se morda por não ver a infalível maroteirazinha..."

Aposinclise - Muita polêmica se armou e muita tinta se consumiu a respeito da topologia dos pronomes átonos. Embora se trate de capítulo que os brasileiros adicionaram à gramática portuguesa, caiu a matéria em tal desprestígio que haverá quem se espante de a ver aqui considerada. Mas, se o problema se explica pela diferença de prosódia e do ritmo da frase nos dois países da língua, não é certo que se possa resolver por paus ou por pedras. Seja como for, a verdade é que, discípulo, em seu tempo, da escola do *que se não deve dizer*, o prefeito de Palmeira, como o escritor Graciliano Ramos, coloca-os segundo o preceito gramatical. Estranha, no entanto, que chegue a sancionar em escrito seu sintaxe tão fora de nossos hábitos que só se pode explicar por uma cópia servil da norma portuguesa. Estranheza tanto mais persuasiva quanto se relaciona com o autor que tinha na devida conta a diferença de norma lingüística no Brasil e em Portugal e que chegou a confessar, em determinado momento, que se dedicava a traduzir para o brasileiro um *São Bernardo* originalmente escrito em português. Mas o fato se explica pela influência que, em seus primeiros escritos, teve Eça de Queirós, então em pleno fastígio da preferência nacional. Não há dúvida: o romance que, como foi dito, João Valério não consegue concluir em *Caetés* é matéria decalcada no episódio em que, em *A ilustre casa de Ramires*, o fidalgo ambiciona escrever a história da Torre e acaba por emperrar no Capítulo III. É a velha regra: o escritor começa por se conformar segundo um modelo que abandona ao se sentir devidamente formado. Desse modo, se Eça escreve que seriam raras "as armadas e os combates de Oriente em que se não esforce um Ramires"¹³, o prefeito não faz mais que transcrever: "Está visto que me não preocupei com todas as obras exigidas". "O que a Prefeitura arrecada basta para que nos não resignemos às modestas tarefas de varrer as ruas".

Fiquemos por aqui.

É possível que os Relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios não cheguem a denunciar o político, que Graciliano não foi. Homem, aliás, difícil, arestoso, dizem mesmo que mal-educado em certas reações, deve ter sido o oposto do *homo politicus*. Tido como comunista, só no fim da vida filiou-se ao partido, mais por desabafo pessoal do que por ideal programático, que a obra não evidencia. O episódio que inspirou *Memórias do cárcere* é, a esse respeito, eloquente: preso, sem culpa formada, por um estado autoritário, foi, algum tempo depois, libertado, se) qualquer explicação. Assim sendo, o que os famigerados Relatórios revelaram foi mesmo um escritor - "um dos maiores autores de nosso século e, sem dúvida, o melhor do Modernismo"¹⁴.

Notas Bibliográficas

1. AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Editorial Record, 1992, p.24.
2. JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971, p.122 ss.
3. RIBEIRO, João. *Curiosidades verbais*. São Paulo: Melhoramentos, s/d (1927), p.7-9.
4. RAMOS, Graciliano. *Infância*. 5. ed., São Paulo: Martins, 1961, p.120-134.
5. ASSIS, Machado de. *Crítica*. Rio de Janeiro-Paris: Garnier, s/d (1. ed. 1910), p.23.
6. RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 7. ed., São Paulo: Martins, 1965, p.103.
7. DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1976, p. 320-321.
8. MAROUZEAU, J. *Lexique de la terminologie linguistique*. 3. éd., Paul Geuthner, 1951, s v *hyperbole*.
9. CAMARA JR., J. Matoso. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: MEC-Casa de Rui Barbosa, 1956, s v *antífrase*.
10. CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1963, s v *oxímoron*.
11. SAINZ DE ROBLES, Federico Carlos. *Ensayo de un diccionario de la literatura*. Madrid: Aguilar, 1949, s v *personificación*.
12. NASCENTES, Antenor. *Léxico de nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1946, s v *assíndeton*.
13. QUEIRÓS, Eça de. *A ilustre casa de Ramires*. 5. ed., Porto: Chardon, 1920, p.3.
14. CARVALHO, Castelar de. *Ensaio graciliano*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978, p.46.